

O Baile do Orçamento

1991

A distância entre o Brasil e os padrões democráticos universais pode ser percebida a olho na quantidade de emendas propostas pelos parlamentares ao Orçamento da União para 92. Uma representação política que apresenta 74 mil emendas não chegou à idade da razão. O motivo dessa plethora de emendas é a falta de noção do que seja Orçamento.

Só a mania promocional de bater recordes pode levar um deputado a apresentar 1.350 emendas ao Orçamento, como fez o deputado do PFL pelo Paraná Max Roseman. É exibicionismo estatístico que não reverte em credibilidade democrática. Produtividade legislativa não se afere pela quantidade, mas pelo teor das emendas. Os nossos deputados e senadores usam a votação do Orçamento como investimento eleitoral com dinheiro público. Pior é que fazem investimentos errados: tiram de uma obra importante para dar à outra com finalidade política menor.

Entre as 13 mil emendas do ano passado e as 74 mil oferecidas este ano, a diferença é contra os políticos. O varejo das emendas ao Orçamento de 92 vai encher 32 volumes, cada qual com mais de 800 páginas que consumirão 67 toneladas de papel. O custo foi estimado por alto em 30 milhões de cruzeiros, mas vai praticamente dobrar: a tiragem será de 800 conjuntos de 32 volumes destinados a cada congressista.

Toda essa movimentação editorial mobilizará a gráfica do Senado em tempo integral, 24 horas ininterruptas. Para quê? As emendas simulam a participação dos deputados na tarefa que é, historicamente, a razão de ser da instituição parlamentar. Na prática, a votação do Orçamento pouco tem a ver com o controle do Executivo. O Congresso nem defende o bolso do contribuinte, nem fiscaliza os gastos do governo. Não há de ser a plethora de emendas que o redimirá do desvio de função.

O mecanismo dessa oferta esbanjada de recursos pode ser avaliado pela iniciativa de um senador que propõe o corte de Cr\$ 2 bilhões do programa do satélite brasileiro para a construção, em Aracaju, de um *espaço cultural*, que nada significa exceto uma rubrica com intenção eleitoral. Casa de espetáculo ou qualquer praça pode ser espaço cultural, desde que utilizada com essa finalidade. Para ser cultural vai depender do uso, e não do lugar. Essas emendas não melhoram politicamente a representação, não qualificam o Congresso e não fazem — esta a questão — do Orçamento peça expressiva de uma consciência democrática. Se depender dos parlamentares que votam o Orçamento como num baile de carnaval, a democracia não será mais do que o fiasco político que se repete periodicamente.